



28 DE FEVEREIRO DE 2019

Quinta-feira

- PREFEITURA RECORRE DE LIMINAR QUE SUSPENDEU AUMENTO DA PASSAGEM DE ÔNIBUS EM CURITIBA
- COM PLANO DE RECUPERAÇÃO, PREFEITURA AUMENTA EM 65% OS INVESTIMENTOS
- RENDA PER CAPITA NO PARANÁ REGISTRA AUMENTO DE R\$ 366 ENTRE 2015 E 2018
- EMPRESAS E BANCOS TÊM DE ENVIAR ATÉ COMPROVANTES PARA IMPOSTO DE RENDA
- INDÚSTRIA DECEPCIONA NO 4º TRIMESTRE, MAS TEM 1º ANO POSITIVO DESDE A CRISE
- FATURAMENTO ENCOLHEU 18,3% E EMPREGO NA INDÚSTRIA CAIU 21,7% EM CINCO ANOS, DIZ CNI
- CÂMARA APROVA QUATRO ACORDOS INTERNACIONAIS
- CÂMARA APROVA ACORDO TRIBUTÁRIO COM A JAMAICA
- GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ALEMANHA QUER FORTALECER RELAÇÕES ENTRE OS DOIS PAÍSES
- COM CONSUMO FRACO, IMPORTAÇÕES DEVEM CRESCER APENAS EM 2020, DIZ MAERSK
- CONFIANÇA EMPRESARIAL CAI 0,7 PONTO EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, REVELA FGV
- QUEDA EM PREÇO DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS PUXA RECUO NO IPP DE JANEIRO, DIZ IBGE
- CONSTRUÇÃO DEMITE 42 MIL EM 1 ANO, DIZ IBGE; INDÚSTRIA CORTA 200 MIL VAGAS
- AUMENTO NO DESEMPREGO ERA ESPERADO, É SAZONAL, DIZ IBGE

- MULHERES TÊM SÓ TRÊS QUARTOS DOS DIREITOS ECONÔMICOS DOS HOMENS, DIZ BANCO MUNDIAL
- GOVERNO APRESENTA MEDIDAS PARA ACELERAR RECOLOCAÇÃO PROFISSIONAL
- PRIVATIZAÇÕES VIRÃO SÓ DEPOIS DE PREVIDÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO DE DESESTATIZAÇÃO
- FIM DA MULTA DO FGTS PARA APOSENTADO PODE PARAR NA JUSTIÇA
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE SER APROVADA EM JUNHO, DIZ ONYX
- 'TUDO É NEGOCIÁVEL' NA REFORMA PREVIDENCIÁRIA DOS MILITARES, AFIRMA MOURÃO
- SECRETÁRIO DEFENDE TIRAR DA CONSTITUIÇÃO REGRAS DE BENEFÍCIOS
- PIB CRESCE 1,1% EM 2018 E FECHA ANO EM R\$ 6,8 TRILHÕES
- INDICADOR DE INCERTEZA CAI 0,2 PONTO EM FEVEREIRO ANTE JANEIRO, AFIRMA FGV
- APÓS ANO FRACO, ECONOMIA COMEÇA 2019 SEM FÔLEGO
- PREÇOS DE BENS DE CAPITAL CAEM 0,23% NO IPP DE JANEIRO, DIZ IBGE
- ARTIGO: ECONOMIA COMEÇA MAL O ANO
- 1,07 MILHÃO DE CLIENTES MIGRARAM DE CHEQUE ESPECIAL PARA PARCELADO EM JANEIRO
- APÓS QUATRO ANOS DE PREJUÍZOS, PETROBRAS LUCRA R\$ 25,8 BILHÕES EM 2018
- GOVERNADOR DO RS NÃO PRETENDE DAR NOVOS INCENTIVOS FISCAIS PARA A GM DE GRAVATAÍ
- VOLVO CARS TERÁ NOVOS MOTORES HÍBRIDOS EM TODA A LINHA

CÂMBIO		
EM 28/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,751	3,751
Euro	4,270	4,272

Fonte: BACEN

Prefeitura recorre de liminar que suspendeu aumento da passagem de ônibus em Curitiba

28/02/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 27-02-2019)



A Urbanização de Curitiba (Urbs), autarquia responsável pelo transporte público da cidade, informou nesta terça-feira (27) que vai recorrer da liminar que suspendeu o aumento da tarifa do ônibus.

O reajuste do preço da passagem do Sistema Integrado de Transporte (RIT) de R\$ 4,25 para R\$ 4,50, previsto para entrar em vigor a partir desta quinta-feira (28) foi suspenso em decisão liminar ([veja a íntegra](#)) assinada pelo juiz Thiago Flôres Carvalho, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, nesta quarta. A suspensão é prevista para até o dia 25 de março, caso a liminar não seja derrubada.

“Caso a Justiça acate o recurso do município, será informada a data de entrada em vigor do novo valor”, afirma a Urbs em nota.

A liminar vale para todos os ônibus das linhas RIT. A assessoria da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec) afirmou que não irá se manifestar sobre a liminar, mas informa que os passageiros que usarem os ônibus com o cartão de Curitiba não terão o valor alterado até que saia nova decisão. Os valores no Metrocard, utilizados em ônibus da região metropolitana que também tiveram reajuste anunciado, terão as mudanças nos preços previstas para esta quinta.

A suspensão é resultado de um Ação Popular movida pelo deputado estadual Goura (PDT) e pela vereadora Professora Josete (PT). A ação questiona o reajuste aplicado por estar acima da inflação, a metodologia de cálculo e a necessidade de tempo razoável para aplicação do reajuste, a fim de que o usuário do transporte público possa planejar o orçamento.

“É uma vitória importante, mesmo que parcial. Por isso, estudamos recorrer e pedir para que a suspensão do aumento seja por tempo indeterminado até que seja julgada a ação civil pública do Ministério Público do Paraná que pede a anulação do contrato do transporte coletivo de Curitiba, que tramita na Justiça desde agosto de 2018, por fortes indícios de corrupção fraude neste contrato”, disse Goura.

“A Urbs lembra que o preço da passagem se manteve inalterado nos dois últimos anos e o reajuste aplicado foi menor do que a inflação (IPCA) no período – 5,8% contra 6,7%. A atualização do valor em Curitiba ficou, ainda, abaixo da média dos reajustes feitos nas cidades brasileiras, de 8,7%, apenas este ano, segundo a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos.

O reajuste garante a sustentabilidade financeira do sistema e a continuidade do processo de melhoria do transporte coletivo da capital, cuja frota vem sendo renovada nos dois últimos anos. Cumprindo a decisão ora em vigor, a tarifa será mantida em R\$ 4,25”, diz a nota da Urbs.

Com Plano de Recuperação, Prefeitura aumenta em 65% os investimentos

28/02/2019 – Fonte: Prefeitura de Curitiba (publicado em 27-02-2019)



Depois de quase dois anos do Plano de Recuperação de Curitiba, a Prefeitura fechou 2018 com as contas em ordem. Os investimentos cresceram 65% em dois anos e as receitas – correntes e de capital - cresceram duas vezes mais do que as despesas - correntes e de capital - no ano passado.

O município encerrou o exercício com um resultado primário positivo em R\$ 456,02 milhões. Atualmente, a Prefeitura acumula uma carteira de R\$ 925,34 milhões em investimentos com 192 contratos, entre concluídos, em andamento, aguardando empenho, ordem de serviço e em licitação.

Os números foram apresentados na manhã desta quarta-feira (27/2) na Câmara Municipal pelo secretário municipal de Finanças, Vitor Puppi. A secretária da Saúde, Márcia Hugułak também estava presente.

“O Plano de Recuperação garantiu a Curitiba honrar seus compromissos, aumentar investimentos e ainda colocar R\$ 328 milhões do Orçamento em aporte para a Previdência da cidade”, disse Puppi.

Balanço

Em apresentação aos vereadores, o secretário fez um resumo da situação fiscal do município. As receitas correntes tiveram alta real (já descontada a inflação) de 2,16%, para R\$ 7,63 bilhões.

As receitas de capital registraram, na mesma base de comparação, crescimento de 66,4%, para R\$ 192,56 milhões, e as receitas intra-orçamentárias caíram 7,87%, para R\$ 964,44 milhões.

A receita tributária cresceu em termos reais 5,77%, para R\$ 2,8 bilhões, graças aos resultados de arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS), que aumentou 2,6%, para R\$ 1,14 bilhão; o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) somou R\$ 663 milhões, com aumento real de 4,47%; e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) totalizou R\$ 329 milhões (15,4% de crescimento).

Apesar do crescimento da receita tributária, Puppi ressalta que os níveis de arrecadação do ISS e o ITBI ainda estão abaixo da média de anos anteriores. “O ISS, mesmo crescendo, ainda está nos patamares de 2012. O ITBI está abaixo dos números de 2014”, disse Puppi.

Se do lado das receitas houve crescimento, do lado das despesas, os gastos ficaram praticamente estáveis.

As despesas correntes ficaram em R\$ 6,87 bilhões, variação de apenas 0,08%. As despesas de capital tiveram alta de 26,2%, para R\$ 512,4 milhões e as despesas intra-orçamentárias tiveram queda de 7,97%, para R\$ 969, 5 milhões.

Renda per capita no Paraná registra aumento de R\$ 366 entre 2015 e 2018

28/02/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 27-02-2019)

O rendimento domiciliar per capita do paranaense em 2018 fechou em R\$ 1.607, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, divulgada nesta quarta-feira (27).

Em relação a 2015, são R\$ 366 a mais. Naquele ano a média era de R\$ 1.241. Entre os estados, o Paraná ocupa a sexta posição com a média mais alta, atrás do Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O rendimento domiciliar per capita é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores.

São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores, inclusive os classificados como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

Nos últimos anos, apesar da crise mais aguda, a renda domiciliar média vem subindo. Em 2017 era de R\$ 1.472 e em 2016 R\$ 1.398. Já a média nacional em 2018 ficou em R\$ 1.373, R\$ 260 a mais que em 2015, quando o valor era de R\$ 1.113.

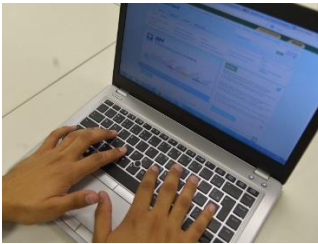
Em se tratando de regiões, os maiores valores, como era de se esperar, encontram-se nos estados do Sudeste e Sul, com exceção do Distrito Federal, que tem a maior média de renda domiciliar per capita (R\$ 2.460). Os menores valores são dos estados do Nordeste. O Maranhão tem a menor renda — R\$ 605.

Renda per capita em 2018 (por valor)

Distrito Federal R\$ 2.460
São Paulo R\$ 1.898
Rio Grande do Sul R\$ 1.705
Rio de Janeiro R\$ 1.689
Santa Catarina R\$ 1.660
Paraná R\$ 1.607
Mato Grosso do Sul R\$ 1.439
Mato Grosso R\$ 1.386
Goiás R\$ 1.323
Minas Gerais R\$ 1.322
Espírito Santo R\$ 1.295
Roraima R\$ 1.204
Rondônia R\$ 1.113
Tocantins R\$ 1.045
Rio Grande do Norte R\$ 956
Acre R\$ 909
Sergipe R\$ 906
Paraíba R\$ 898
Pernambuco R\$ 871
Pará R\$ 863
Amapá R\$ 857
Ceará R\$ 855
Bahia R\$ 841
Piauí R\$ 817
Amazonas R\$ 791
Alagoas R\$ 714
Maranhão R\$ 605

Empresas e bancos têm de enviar até comprovantes para Imposto de Renda

28/02/2019 – Fonte: Bem Paraná



As empresas, os bancos e as corretoras de valores têm até esta quinta-feira, 28, para enviar aos contribuintes os informes de rendimentos. Os comprovantes são usados no preenchimento da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, cujo prazo de entrega vai de 7 de março a 30 de abril.

Entre as informações a serem enviadas estão salários, descontos do Imposto de Renda na fonte, contribuições para a Previdência Social, rendimentos de investimentos e saldo na conta corrente e em aplicações financeiras. Os dados servem para que a Receita Federal cruze as informações e verifique se o contribuinte está em dia com as obrigações tributárias.

Os planos de saúde também são obrigados a entregar os gastos do contribuinte e de dependentes no ano passado. Os valores são usados nas deduções do Imposto de Renda. Os fundos de pensão e os planos de previdência aberta também devem enviar os informes de contribuições e de patrimônio.

Os informes não precisam ser enviados por papel. O contribuinte pode baixar os comprovantes nos *sites* das instituições financeiras. Em relação às empresas, os dados também podem ser enviados eletronicamente ao trabalhador. Quem tiver conta em mais de uma instituição, deverá receber os informes de cada uma.

Para os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a consulta já está aberta. O segurado pode baixar os comprovantes na página do INSS na internet e clicar no banner de extrato para Imposto de Renda. O documento também está disponível no aplicativo Meu INSS, disponível para smartphones dos sistemas Android e iOS.

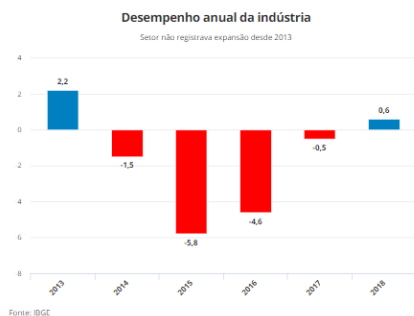
Indústria decepciona no 4º trimestre, mas tem 1º ano positivo desde a crise

28/02/2019 – Fonte: G1

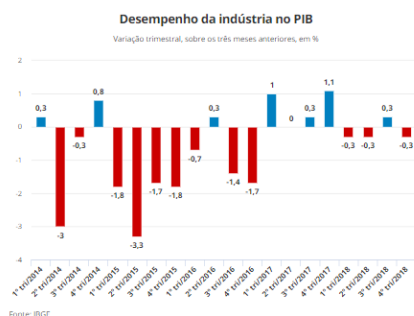
Com empregos criados e mais investimentos, o setor produtivo foi o último a reagir, mas continua longe de recuperar o vigor de antes da crise.

Mesmo após um quarto trimestre ruim, a indústria brasileira conseguiu crescer pelo primeiro ano desde o início da recessão – e foi o último setor a sair da crise iniciada em 2014, depois de agronegócios e serviços.

De acordo com os dados divulgados nesta quinta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria 'encolheu' 0,3% no 4º trimestre, na comparação com os três meses anteriores. No ano, no entanto, o setor fechou com alta de 0,6% – o primeiro resultado anual positivo desde 2003.



O mau desempenho do setor no último trimestre foi puxado pela indústria de transformação (que produz a partir de matérias-primas), que recuou 1% frente ao trimestre anterior, gerando um forte descompasso com o setor de serviços, que acelerou no período.

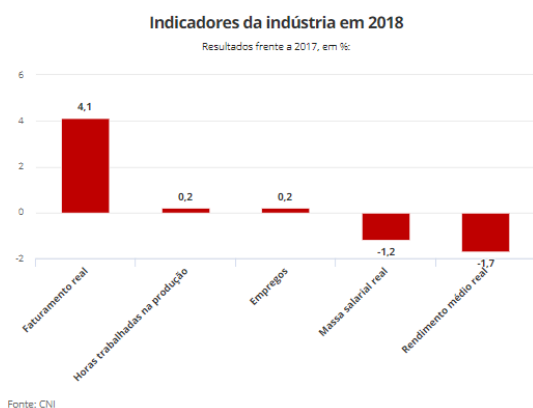


O mau desempenho do setor no último trimestre foi puxado pela indústria de transformação (que produz a partir de matérias-primas), que recuou 1% frente ao trimestre anterior, gerando um forte descompasso com o setor de serviços, que acelerou no período.

Mais empregos e capacidade instalada

O setor produtivo obteve alguns méritos em 2018. Entre altos e baixos, conseguiu gerar empregos – ainda que apenas 0,2% na comparação com 2017 – e aumentou sua capacidade média instalada, também em 0,2%, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Indicadores da indústria em 2018



Outro dado positivo foi o crescimento de 1% da produção em 2018, além do faturamento da indústria, que avançou em média 4,1%. Por outro lado, as condições financeiras das empresas pioraram no quarto trimestre. Segundo a CNI, o índice de satisfação com o lucro operacional caiu 0,8 ponto (para 42,0 pontos) em relação ao mesmo período de 2017.

Para o analista da Tendências Consultoria, Thiago Xavier, a indústria saiu da crise no momento em que deixou de apresentar dados negativos de forma persistente, embora a retomada seja tímida, diante de uma base muito frágil. “Melhorou, mas está longe de reverter a queda acumulada na recessão”.

Ano difícil para o setor produtivo

A melhora nos indicadores da indústria não poupou o setor de um ano particularmente difícil. Imprevistos como a greve dos caminhoneiros atrapalharam a retomada, abalando a cadeia produtiva e os índices de confiança dos empresários. No segundo semestre, as incertezas eleitorais frearam os investimentos.

Para piorar, a crise na Argentina prejudicou a exportação de produtos manufaturados do Brasil, que tem o país vizinho como seu principal parceiro comercial nesta categoria, que se estende bem além dos automóveis.

Não fosse o bom desempenho dos produtos primários, como a soja e outras commodities, o superávit da balança comercial brasileira teria sido bem inferior aos US\$ 58 bilhões em 2018.

“Havia uma expectativa de que a economia fosse crescer mais, mas uma série de choques negativos acabou fragilizando a indústria em 2018”, observa Xavier, da Tendências.

A saída da crise na indústria foi marcada por um ritmo de recuperação ainda mais lento que nos demais setores, que também demoraram para reagir. O setor produtivo foi o último a voltar a crescer, atrás de serviços e agronegócio.

“Enquanto o consumo já havia crescido em 2017 e vem acelerando, o crescimento da indústria veio mais tarde, já que no ciclo econômico as famílias tendem a reagir mais rápido a essa retomada”, aponta Xavier.

'Poderíamos ter crescido mais'



No setor de alimentos – que responde por um quarto de toda a produção da indústria de transformação do país – o faturamento cresceu 2% em 2018, atingindo R\$ 656 bilhões, mas ficou abaixo das expectativas iniciais.

“Poderíamos ter crescido mais, não fosse a greve dos caminhoneiros e o impacto da operação Carne Fraca”, disse o presidente da Abia (Associação Brasileira da Indústria de Alimentos), Wilson Mello.

A paralisação de 11 dias dos caminhoneiros, no fim de maio, desarticulou o fornecimento de matérias-primas e prejudicou a produção, especialmente nos setores que dependem de produtos perecíveis, como o ramo alimentício. Já a Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em 2017, desmontou frigoríficos e teve reflexos negativos no ano seguinte.

A queda nos preços do açúcar também impactou negativamente a indústria de alimentos, que viu uma queda de 9,8% nas exportações em 2018. Foi o consumo interno que sustentou o setor, absorvendo cerca de 80% das vendas da indústria alimentícia.



Para o presidente da Abia, sem os eventos extraordinários de 2018, a expectativa é de que a indústria de alimentos cresça mais em 2019, favorecida pelo bom momento do agronegócio, a grande fonte de matérias-primas do setor.

Segundo Mello, o setor saiu da crise no último trimestre do ano passado, após três anos de queda na produção e maior ociosidade fabril, impactados pela crise econômica no país. Para ele, a retomada do setor tende a ser mais rápida que em outros.

“Isso porque nossa indústria tem uma capacidade instalada ociosa muito grande e abundância de matérias-primas, em virtude da perda de produção nos últimos anos”, destaca Mello.

Expectativas positivas

Em meio à perspectiva de reformas e aceleração do crescimento, o setor vê 2019 com otimismo. A confiança da indústria registrou em fevereiro o maior nível desde agosto de 2018, apontou a Fundação Getulio Vargas/Ibre.

Os índices de expectativa de demanda, compras de matérias-primas e quantidade exportada ficaram bem acima dos 50 pontos, indicando otimismo dos empresários, segundo dados da CNI.

Contudo, resquícios da crise ainda geram preocupações, especialmente os bens manufaturados, que devem sofrer com a crise persistente na Argentina, alertaram pesquisados da FGV/Ibre no Boletim Macro de fevereiro.

Faturamento encolheu 18,3% e emprego na indústria caiu 21,7% em cinco anos, diz CNI

28/02/2019 – Fonte: CNI (publicado em 27-02-2019)

Análise do desempenho dos indicadores industriais desde 2003 mostra que há um longo caminho a percorrer para o setor recuperar o nível de atividade de 2013. Reformas previdenciária e tributária são decisivas para a retomada do crescimento

Evolução da atividade industrial

Varição entre a média do ano e o ano imediatamente anterior

	Faturamento real	Horas trabalhadas na produção	Emprego	Produção	UCI*
2004	6,8%	5,0%	3,8%	8,6%	2,2
2005	-0,5%	2,3%	3,6%	2,4%	0,1
2006	-0,1%	0,0%	2,0%	2,4%	-0,2
2007	6,5%	4,1%	4,3%	6,0%	1,2
2008	6,3%	5,4%	4,7%	3,0%	0,5
2009	-4,7%	-7,7%	-3,3%	-7,0%	-2,7
2010	9,8%	7,8%	5,8%	10,0%	2,7
2011	3,8%	1,1%	2,1%	0,3%	-0,1
2012	1,0%	-1,9%	-0,6%	-2,4%	-1,0
2013	3,7%	0,1%	0,7%	2,8%	0,3
2014	-1,9%	-3,9%	-0,8%	-4,2%	-1,3
2015	-8,9%	-10,1%	-6,1%	-9,8%	-2,3
2016	-12,1%	-7,6%	-7,5%	-6,0%	-1,9
2017	-0,1%	-2,1%	-2,7%	2,2%	0,3
2018	4,1%	0,2%	0,2%	1,1%	0,2
2013-2016				-18,8%	-5,5
2013-2017	-21,5%	-21,9%	-16,2%		
2013-2018	-18,3%	-21,7%	-16,1%	-16,0%	-4,9

* Em pontos percentuais

Fonte: Indicadores Industriais (CNI) e PIM/PF (IBGE)

O ritmo de crescimento da indústria de transformação brasileira em 2018 ficou muito abaixo do registrado nos anos anteriores à crise. Mesmo com a alta de 4,1% do

faturamento no ano passado, o setor acumula perdas de 18,3% nas vendas entre 2014 e 2018. No mesmo período, o emprego acumula queda de 16,1% e as horas trabalhadas na produção também diminuíram 21,7%. “Há um longo caminho a ser trilhado para que a indústria retome o “pico” do nível de atividade de 2013”, alerta o Fato Econômico, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Mesmo assim, as perspectivas para este ano são animadoras, porque os empresários estão muito confiantes com o desempenho das empresas e da economia nos próximos meses. No entanto, avalia a CNI, uma recuperação mais robusta da atividade industrial depende das reformas estruturais, especialmente a da Previdência, para garantir o ajuste fiscal e o equilíbrio fiscal duradouros.

A CNI considera que a reforma tributária também é decisiva para a retomada do crescimento. As mudanças no sistema atual devem, na avaliação da indústria, atacar problemas como o excessivo número de tributos, a complexidade e a cumulatividade do sistema e a tributação das exportações e dos investimentos.

Ao avaliar o desempenho da indústria desde 2003, quando começou a série histórica dos Indicadores Industriais, o Fato Econômico lembra que, ao longo de 15 anos, o faturamento cresceu em oito anos. A média de crescimento nesses sete anos alcançou 5,3% e superou os 4,1% registrados em 2018.

O emprego aumentou em nove anos dos 15 analisados. Naqueles anos, a média de crescimento anual de crescimento do emprego foi de 3%, muito acima do 0,2% verificado entre 2017 e 2018. A média anual de expansão da utilização da capacidade instalada nos oito anos de desempenho positivo do indicador foi de 0,9 ponto percentual, superando o crescimento de 0,2 ponto percentual em 2018 na comparação com 2017.

O Fato Econômico destaca ainda que, nos 15 anos analisados, a produção da indústria de transformação aumentou em 10 anos. A média do crescimento nesses anos foi de 3,9%, também acima da expansão de 1,1% verificada entre 2017 e 2018, como informam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No acumulado de 2014 a 2018, a produção industrial caiu 16,0%.

SAIBA MAIS - Acesse a página de Publicações da CNI e [veja os detalhes do Fato Econômico](#).

Câmara aprova quatro acordos internacionais

28/02/2019 – Fonte: Câmara dos Deputados (publicado em 27-02-2019)

Deputados ratificam acordo tributário com a Jamaica, a criação de prêmio literário em parceria com Portugal, um tratado educacional com a Belarus e um acordo sobre serviços aéreos com as Bahamas



Deputados reunidos para votar os acordos. O Parlamento precisa ratificar os tratados assinados pelo presidente da República

O Plenário aprovou nesta quarta-feira (27) quatro acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro nas áreas tributária, de educação, de aviação civil e de cultura.

Um dos projetos aprovados confirma a participação do Brasil em acordo com a Jamaica

sobre a troca de informações tributárias – Projeto de Decreto Legislativo (PDC) [514/16](#).

A Jamaica possui cerca de 3 milhões de habitantes e está localizada no Caribe. A ilha é considerada um paraíso fiscal por causa da facilidade para abertura de empresas, do sigilo bancário absoluto e de impostos baixos ou inexistentes.

Na área cultural, foi aprovado acordo com Portugal que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude (PDC [859/17](#)).

Acordo com Belarus

Já o acordo com Belarus na área de educação – Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 824/17 – permite o intercâmbio de professores e estudantes, a participação em eventos promovidos pelos ministérios de Educação de ambos países, incluindo programas de bolsas de estudos.

Assinado em São Paulo, em 2015, esse é o primeiro tratado entre os dois países no campo da cooperação educacional. O acordo terá validade de cinco anos.

Belarus ou Bielorrússia é um país sem saída para o mar localizado na Europa Oriental e que faz fronteira com Rússia, Ucrânia, Polônia, Lituânia e Letônia. Ex-membro da União Soviética, Belarus se destaca na agricultura e na indústria manufatureira e tem como capital a cidade de Minsque.

Acordo com as Bahamas

O Plenário aprovou ainda a ratificação pelo governo brasileiro de acordo firmado com as Bahamas sobre serviços aéreos. O acordo, previsto no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 876/17, permite regula os voos comerciais regulares entre os dois países, liberando as operações de transporte aéreo.

O texto aborda os principais temas relativos à operação de voos comerciais, como concessão de direitos a sobrevoos e pouso de aeronaves, designação de companhias aéreas autorizadas à prestação dos serviços, reconhecimento de certificados de aeronavegabilidade (documento que comprova que o avião está em condições de voo), tarifas aeronáuticas e política de preços e normas sobre a concorrência, entre outros.

Todos os projetos serão encaminhados para análise do Senado.

Íntegra da proposta:

- [PDC-514/2016](#)
- [PDC-824/2017](#)
- [PDC-859/2017](#)
- [PDC-876/2017](#)

Câmara aprova acordo tributário com a Jamaica

28/02/2019 – Fonte: Câmara dos Deputados (publicado em 27-02-2019)

O texto, que segue para análise do Senado, pretende reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal

O Plenário aprovou há pouco a participação do Brasil em acordo com a Jamaica sobre a troca de informações tributárias. O tratado previsto no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 514/16 foi assinado em Kingston, capital da Jamaica, em 2014.

O texto, que segue para análise do Senado, pretende reforçar o combate à fraude e à evasão fiscal por meio de instrumentos que aumentem a transparência em relação a informações tributárias. O acordo permite, por exemplo, a entrada de autoridades competentes de um país no território do outro para realizar entrevistas e examinar registros sobre tributos.

A proposta também estabelece regras para o sigilo das informações prestadas, que somente poderão ser reveladas a autoridades competentes e usadas para fins tributários.

Os custos ordinários, tais como em despesas administrativas e gerais ordinárias decorrentes do pedido de informações, serão arcados pelo país requerente.

O Brasil já firmou acordos dessa natureza com diversos países, como: Bermudas, Cayman, Estados Unidos da América, Guernsey, Jersey, Reino Unido, Suíça e Uruguai.

Jamaica

A Jamaica possui cerca de 3 milhões de habitantes e está localizada no Caribe. A ilha é considerada um paraíso fiscal por causa da facilidade para abertura de empresas, do sigilo bancário absoluto e de impostos baixos ou inexistentes.

Íntegra da proposta:

- [PDC-514/2016](#)

Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha quer fortalecer relações entre os dois países

28/02/2019 – Fonte: Câmara dos Deputados (publicado em 27-02-2019)

Entre outros assuntos, o colegiado irá debater políticas públicas da Alemanha que possam ser implementadas no Brasil



Deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Nilson Pinto (PSDB-PA) e Arlindo Chinaglia (PT-SP)

Nesta terça-feira (26), em sua primeira reunião para elaboração do Plano de Ação a ser desenvolvido em 2019, o Grupo Parlamentar Brasil-Alemanha decidiu que os deputados irão identificar políticas públicas implementadas na Alemanha e que possam ser replicadas no Brasil.

“Estamos reunindo parlamentares de todos os partidos, interessados no fortalecimento das relações entre os dois países”, disse o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), presidente do colegiado. “A Alemanha é o motor da Europa e o seu protagonismo tem sido fundamental para que a União Europeia se consolide como bloco. Temos muito a aprender com este país”, declarou.

O parlamentar explicou que o grupo vai discutir como a Alemanha colocou as contas em ordem, como funciona a sua previdência social e as regras do seu sistema político-eleitoral. “O que pudermos agregar às nossas necessidades, iremos propor por meio da diplomacia parlamentar”, afirmou Nilson Pinto.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) também acredita que o Brasil poderá aprender muito com a Alemanha.

“Trata-se de um país que renunciou à energia nuclear e aposta nas energias renováveis. Além disso, do ponto de vista político, tem sido fundamental para evitar a corrosão do bloco europeu”, ressaltou.

Livre comércio

Eduardo Barbosa, que preside o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, quer ver os deputados brasileiros e alemães interagindo ainda acerca das negociações para um Tratado de Livre Comércio entre o bloco europeu e o Mercosul.

Para o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), os parlamentares brasileiros precisam acompanhar mais de perto as negociações deste tratado. "Enquanto o Parlamento Europeu acompanha o estado dessas negociações de forma permanente, nós temos poucas informações", disse.

"Como a Alemanha tem sido um dos países mais entusiastas do acordo, podemos debater, no âmbito do grupo, as implicações que esse tratado terá para as duas regiões, não apenas do ponto de vista econômico-comercial, mas também político", defendeu.

Com consumo fraco, importações devem crescer apenas em 2020, diz Maersk

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 27-02-2019)

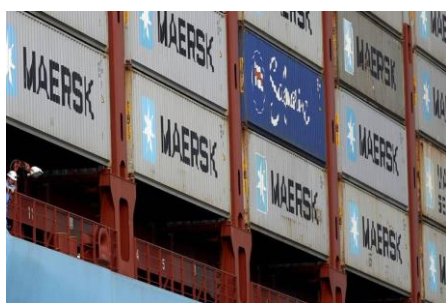
Para maior empresa de transporte de contêineres do mundo, aprovação de reformas não significa que economia cresça imediatamente

Uma retomada da economia brasileira em 2019 impactará o crescimento das importações do país só no ano que vem, informou nesta quarta (27) a dinamarquesa Maersk, maior empresa de transporte de contêineres do mundo.

"Olhando para 2019, estamos muito cautelosos. Prevemos que no ano todo devemos ter 0% de crescimento em relação ao ano passado", disse Gustavo Paschoa, diretor comercial da Maersk.

De acordo com Paschoa, mesmo que o governo Bolsonaro aprove as reformas que já anunciou, não significa que o impacto delas trará resultados imediatos.

"Não é só a Previdência. Tem a reforma tributária e algumas outras reformas que vão trazer clareza para o mercado. Na verdade, nossa cautela está em [saber] o quão rápido a economia vai conseguir fazer a alavancagem em cima dessa clareza."



Um otimismo maior com a economia do país depende da velocidade com que as reformas são aprovadas, afirma Denis Freitas, diretor geral da Safmarine, empresa do grupo Maersk.

"Quanto mais rápido as reformas forem aprovadas, mais rápido vemos o efeito na economia. Por isso somos mais cautelosos em 2019, por entender que vão haver alguns desafios para ter essas aprovações."

A companhia divulgou nesta quarta seu relatório comercial trimestral sobre consumo, varejo e expectativas para exportação e importação. Segundo o documento, a expectativa é que o consumo comece a melhorar somente no segundo trimestre deste ano.

Para este primeiro semestre, a projeção é que as compras do exterior tenham um recuo na comparação com o ano passado. "Vão ser mais baixas porque temos a linha de base [de comparação] muito alta por causa da Copa do Mundo de 2018", afirmou Paschoa.

A segunda metade do ano deve superar o mesmo período do ano anterior, mas o saldo das importações de 2019 deve permanecer sem crescimento. Em relação às exportações, a expectativa é que as compras de produtos brasileiros cresçam em torno de 2% neste ano.

Confiança empresarial cai 0,7 ponto em fevereiro ante janeiro, revela FGV

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) caiu 0,7 ponto em fevereiro ante janeiro, para 97,0 pontos, o primeiro recuo após quatro meses de avanço, informou nesta quinta-feira, 18, a Fundação Getulio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice ainda cresceu 0,7 ponto no mês.

"A queda da confiança empresarial em fevereiro foi motivada pela calibragem das expectativas, que vinham evoluindo favoravelmente nos meses anteriores. Apesar da queda no mês, o Índice de Expectativas permaneceu ligeiramente acima dos 100 pontos, retratando um otimismo tímido em relação aos próximos meses.

O resultado sustenta a tese de que, passado o período de lua de mel com o novo governo, a retomada da confiança empresarial será limitada enquanto os níveis de incerteza econômica permanecerem elevados", avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial reúne os dados das sondagens da Indústria, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

Em fevereiro, o Índice de Situação Atual (ISA-E) subiu 0,9 ponto, para 92,2 pontos, o maior nível desde junho de 2014. Já o Índice de Expectativas (IE-E) recuou 1,5 ponto, para 101,7 pontos, após avançar por sete meses seguidos.

Entre os componentes do ICE, houve melhora apenas na confiança da Indústria, que avançou 0,8 ponto, para 99,0 pontos. A coleta do Índice de Confiança Empresarial reuniu informações de 4.381 empresas dos quatro setores entre os dias 1º e 22 de fevereiro.

Queda em preço das indústrias extrativas puxa recuo no IPP de janeiro, diz IBGE

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

A queda nos preços das indústrias extrativas puxou o recuo de 1,05% registrado pelo Índice de Preços ao Produtor (IPP) em janeiro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as 24 atividades industriais pesquisadas, 11 apresentaram aumentos de preços no mês. Mas houve pressão negativa de atividades importantes, como as indústrias extrativas (queda de 8,98%), outros produtos químicos (-3,43% e impacto de -0,36

ponto porcentual), alimentos (-1,29% e contribuição de -0,24 ponto porcentual) e metalurgia (-2,05%, com impacto de -0,17 ponto porcentual).

Outras quedas relevantes ocorreram em fumo (-2,77%) e madeira (-2,52%).

Construção demite 42 mil em 1 ano, diz IBGE; indústria corta 200 mil vagas

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

A construção cortou 42 mil postos de trabalho no período de um ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), iniciada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A indústria demitiu outros 200 mil trabalhadores no trimestre encerrado em janeiro de 2019 em relação ao trimestre até janeiro do ano anterior. Também houve corte de vagas nos serviços domésticos, com 118 mil trabalhadores a menos em um ano; na agricultura, com menos 72 mil empregos; e no comércio, -104 mil trabalhadores.

Na direção oposta, a atividade de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas registrou um crescimento de 229 mil vagas em um ano.

Também houve aumento no contingente de trabalhadores de alojamento e alimentação (+241 mil empregados), outros serviços (+155 mil pessoas), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+540 mil vagas) e transporte, armazenagem e correio (+201 mil vagas).

Aumento no desemprego era esperado, é sazonal, diz IBGE

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

O aumento no desemprego registrado em janeiro de 2019 era um movimento esperado, característico dessa época do ano, afirmou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desemprego passou de 11,7% no trimestre encerrado em outubro de 2018 para 12,0% no trimestre até janeiro de 2019.

Houve dispensa de 354 mil trabalhadores no período. Outros 318 mil indivíduos aumentaram a fila em busca por uma vaga.

“Como era de se esperar houve redução no número de ocupados, e aumento no de desocupados. É um aumento esperado, sazonal, tem a ver com dispensa de trabalhadores temporários. Acontece na indústria, na agricultura, não é só no comércio que ocorre isso”, afirmou Azeredo.

O coordenador do IBGE afirma, porém, que a situação do mercado de trabalho está menos favorável neste início de 2019 do que aparentava no início de 2018. “O emprego está mais fraco. Por isso o (trabalho por) conta própria é a forma que a população acaba buscando como possível, para gerar renda”, disse ele.

No trimestre encerrado em janeiro, o fechamento de vagas sem carteira assinada no setor privado puxou a média salarial para cima. O rendimento médio avançou 0,8% em relação ao trimestre terminado em outubro de 2018, devido à extinção de vagas precárias, com rendimento menor.

“As pessoas que perderam o emprego são do extrato de renda mais baixo. Fazendo com que a renda média ficasse maior”, confirmou o pesquisador. “Você tem que ter cenário macroeconômico que favoreça esse tipo de investimento que contrata

trabalhadores com carteira assinada. Mas como fazer isso é mais difícil de responder”, avaliou Azeredo.

Fatores

O aumento no número de motoristas de aplicativo e de pessoas vendendo comida nas ruas como ambulantes impediu uma alta ainda maior no desemprego em janeiro, contou Cimar Azeredo. No trimestre encerrado em janeiro, segundo os dados da Pnad Contínua, o setor de transportes ganhou mais 129 mil trabalhadores, enquanto o segmento de alojamento e alimentação assimilou mais 126 mil pessoas em relação ao trimestre anterior, encerrado em outubro de 2018.

“As pessoas estão entrando no mercado de trabalho por conta própria, sem carteira (assinada). As pessoas não estão entrando no mercado formal”, lembrou Cimar Azeredo.

Também houve abertura de vagas na passagem do trimestre até outubro de 2018 para o trimestre encerrado em janeiro de 2019 nas áreas de comércio (+83 mil trabalhadores) e informação, comunicação e atividades financeiras (+167 mil pessoas).

Por outro lado, no trimestre até janeiro, a indústria dispensou 345 mil trabalhadores, enquanto a agricultura demitiu outras 192 mil pessoas. O segmento de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais fechou 175 mil vagas.

“A indústria tem essa característica mesmo de dar uma enxugada (no pessoal ocupado) no fim do ano. Não conseguimos identificar um setor específico, está pulverizado”, contou Azeredo, especificando, porém, que a indústria paulista concentrou boa parte das demissões. “Na agricultura, está claro que é a cultura do café (que está demitindo). A administração pública também enxuga (funcionários) no fim do ano”, justificou.

Outros segmentos com corte de pessoal foram o de outros serviços (-139 mil), construção (-2 mil) e serviços domésticos (-20 mil).

Mulheres têm só três quartos dos direitos econômicos dos homens, diz Banco Mundial

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 27-02-2019)

Pesquisa analisa direito de trabalhar nos mesmos empregos que homens e receber salários iguais

As mulheres têm, em média, apenas três quartos das proteções legais concedidas a homens durante sua vida profissional, com diferenças que incluem proibição de ingresso em alguns empregos, falta de equidade salarial ou liberdade em relação a assédio sexual, segundo pesquisa do Banco Mundial divulgada nesta quarta-feira (27).

Os pesquisadores avaliaram se mulheres e homens adultos têm direitos iguais de acordo com a lei em 187 países e produziram um índice que mede o progresso alcançado na última década.

Eles analisaram leis ligadas à liberdade econômica e de trabalho das mulheres, incluindo o direito de trabalhar em todos os empregos que homens e de receber salários iguais, além das punições para casos de assédio sexual no ambiente de trabalho, das proteções de trabalho parental e dos direitos de herança.

“Se mulheres tivessem oportunidades iguais para alcançar seu potencial completo, o mundo seria não apenas mais justo, mas também mais próspero”, disse a presidente interina do Grupo Banco Mundial, Kristalina Georgieva, em comunicado.



Kristalina Georgieva, presidente interina do Grupo Banco Mundial - Xu Jinquan/Xinhua
Leis discriminatórias fazem com que mulheres tenham mais dificuldade para alcançar independência econômica e também contribuem para uma perda de US\$ 160 trilhões em ganhos não obtidos todos os anos, segundo o relatório do Banco Mundial.

O novo estudo também aborda questões como a liberdade de movimento das mulheres e a proteção contra o abuso doméstico, uma vez que essas características também afetam a independência econômica das mulheres.

O relatório encontrou progresso na última década: um total de 131 países pôs em prática reformas de direitos das mulheres. Seis países —Bélgica, Dinamarca, França, Letônia, Luxemburgo e Suécia— agora detêm a pontuação perfeita de 100 pontos no índice, comparado a nenhum país 10 anos atrás.

Entretanto, 56 países não melhoraram em nada as leis de igualdade nas áreas analisadas durante os últimos 10 anos. O índice também chama atenção para amplas disparidades por regiões.

A Europa e a Ásia Central aparecem com a maior taxa de igualdade regional, com as mulheres tendo acesso a 85% dos direitos concedidos a homens em média, enquanto no Oriente Médio e no norte da África, as mulheres têm menos da metade dos direitos dos homens.

Governo apresenta medidas para acelerar recolocação profissional

28/02/2019 – Fonte: MDIC (publicado em 27-02-2019)



Em encontro com empresas de intermediação de mão de obra, Ministério da Economia detalha Novo SINE

A Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para o Emprego, reuniu na manhã desta quarta-feira (27) representantes de empresas de intermediação de mão de obra para apresentar o Novo SINE.

De acordo com o secretário da SPPE, Fernando de Hollanda, a primeira etapa deste novo momento do Sistema Nacional de Emprego será a disponibilização dos dados do Sistema para empresas: “os dados serão liberados sem identificação pessoal e servirão para que o trabalhador tenha mais um canal na busca por emprego”, disse.

Nesta primeira etapa do Novo SINE, o chamado SINE Aberto, as empresas de intermediação de mão de obra, interessadas em acessar o banco de dados, farão um

pré-cadastro para visualização. Se houver vaga e trabalhador que preencha o perfil, a empresa poderá encaminhar o trabalhador ao contratante.

Outras etapas estão previstas para os próximos meses no Novo SINE, incluindo a padronização dos dados em todo o País - já que hoje, cada Estado gerencia o Sistema e os pontos de atendimento.

Privatizações virão só depois de Previdência, diz secretário de desestatização

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 27-02-2019)

Para Salim Mattar, não é momento de 'abrir foco em muitas coisas'

As privatizações federais só serão prioridade após a aprovação da reforma da Previdência, afirmou o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo, Salim Mattar, nesta quarta-feira (27).

"A mãe de todas as reformas é a reforma da Previdência. Sejam cuidadosos, vamos ter foco na reforma. Agora não é o momento de abrir foco em muitas coisas. Depois da Previdência, a gente pode planejar melhor o que fazer de privatizações e desinvestimentos", disse ele, em evento do banco BTG Pactual, em São Paulo.

"Privatizar a Eletrobras é importante, precisamos desses R\$ 12 bilhões [previstos com a desestatização da elétrica] e é uma das três prioridades do governo, junto com [o leilão] da cessão onerosa. Mas temos ainda mais três anos e alguns meses de governo depois da Previdência."



Secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo, Salim Mattar - Amanda Perobelli/Reuters

Para Mattar, o ideal seria vender o controle das estatais de uma só vez em 2019, mas isso não é exequível.

"Há 500 mil pessoas trabalhando nas estatais. É preciso ir devagar e sempre. Temos que fazer programa de privatização "smooth" [suave]. A privatização de uma não pode prejudicar a próxima, para não virar um dominó. Temos que fazer isso 'mineiramente'."

Ele diz que a meta por enquanto, já anunciada anteriormente pelo ministro Paulo Guedes, é vender US\$ 20 bilhões em estatais, que serão usados para abater a dívida pública do país.

No entanto, não mencionou o que poderia ser vendido para atingir essa meta. Questionado após o evento sobre quais seriam as privatizações prioritárias do governo, mesmo que após a aprovação da reforma, o secretário não quis falar.

Mattar também afirmou que o Brasil perdeu o timing para abater a dívida com privatizações.

"Se em 2010 tivéssemos vendido [as estatais], teríamos quitado 66% da dívida. Hoje, estatais valem 26% da dívida. Perdemos o timing para o 'turn around' [recuperação] na dívida", afirmou.

Mesmo com as privatizações em pausa, o programa de concessões de ativos, principalmente nas áreas de transporte, deve continuar, já que são mais bem aceitas pela sociedade, diz ele.

"As concessões podem ser tocadas a toda velocidade. Isso não implica em nada reforma da Previdência e acelera geração de riqueza e emprego."

Fim da multa do FGTS para aposentado pode parar na Justiça

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Segundo a Caixa, 907.966 aposentados trabalham na mesma empresa que se aposentaram

Há espaço para se questionar na Justiça a proposta da reforma da Previdência de tirar dos aposentados que trabalham o depósito e a multa indenizatória do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Para a consultoria de Orçamento da Câmara, é questionável incluir no texto um tema que já foi discutido no STF (Supremo Tribunal Federal) e que resultou em uma alteração de entendimento no TST (Tribunal Superior do Trabalho).

O ponto central da discussão foi a interrupção ou não do contrato de trabalho quando o funcionário se aposenta. Há ainda o risco de violação dos pontos intocáveis da Constituição Federal.

Roberto Dias, professor de direito constitucional da FGV-SP (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo), considera a proposta uma violação de cláusula pétrea da Constituição.



Segundo a Caixa, 907.966 aposentados continuam trabalhando na mesma empresa na qual se aposentaram - Gabriel Cabral/Folhapress

São quatro as cláusulas que não podem ser alteradas por emendas; uma delas veta mudança na Constituição que resulte no fim de direitos e garantias individuais.

Dias afirma que o artigo 7º —que garante a indenização em caso de demissão— busca proteger o trabalhador.

"A mudança retira um direito fundamental de um trabalhador, que é a proteção em uma relação em que há certa vulnerabilidade. Mesmo que ele esteja aposentado, o direito deve permanecer."

Segundo a Caixa, 907.966 aposentados trabalham na mesma empresa e, por isso, podem sacar mensalmente o dinheiro do fundo.

Quando discutiu o assunto, em 2006, o STF entendeu que a aposentadoria não interrompe o vínculo de trabalho. Em 2008, o TST publicou uma orientação

jurisprudencial sobre o assunto, na qual afirmou que "a aposentadoria espontânea não é causa de extinção do contrato de trabalho se o empregado permanece prestando serviços ao empregador".

Assim, na demissão sem justa causa, "o empregado tem direito à multa de 40% do FGTS sobre a totalidade dos depósitos efetuados no curso do pacto laboral." Agora, o governo propõe incluir na Constituição a perda do direito à multa e ao depósito.

O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, disse, na entrevista coletiva de apresentação da reforma, que a mudança não afetará o direito adquirido ao depósito do FGTS.

Portanto, quem já é aposentado manteria o direito ao FGTS, mas perderia a multa de 40% do saldo do fundo. Quem passasse a receber um benefício do INSS a partir da promulgação da emenda perderia o direito nos dois casos: o depósito mensal e a multa.

O pagamento dessa indenização é feito pelo empregador nos casos de demissão sem justa causa. O aposentado que segue na mesma empresa pode optar por retirar o dinheiro dos depósitos do FGTS mensalmente. Quando ele muda de emprego, o saque é feito somente ao fim do contrato.

Segundo o secretário, é necessário levar em consideração o fato gerador do pagamento. No caso da multa rescisória, a demissão gera o direito à indenização. Portanto, se o contrato do trabalhador foi rompido após a mudança na regra, valerá o novo entendimento. Nesse mesmo sentido, os depósitos de 8% seriam mantidos, pois o contrato de trabalho é o fato gerador do direito ao recurso do FGTS.

Esse entendimento permite também que não haja o pagamento do FGTS para quem já é aposentado nos casos em que houver mudança de emprego a partir da validade da reforma.

Procurada, a Secretaria de Previdência e Trabalho não respondeu até a noite desta quarta-feira.

O advogado Roberto Sodero Vítório, presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP, tem uma leitura ainda mais restritiva da proposta. Para ele, o texto permite a interrupção dos depósitos para quem já está aposentado, pois oficializaria o entendimento de rompimento da relação trabalhista. O fato de o tema já ter sido discutido no STF não impediria uma nova judicialização.

Para o professor de direito previdenciário Ivandique Rodrigues, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a alteração cria uma competição perversa no mercado de trabalho, pois terá um perfil de empregado a um custo menor para a empresa.

"Cria um desequilíbrio, porque você passa a ter um trabalhador mais barato e mais experiente." Rodrigues diz que o tema deve acabar na Justiça se for aprovado como consta na PEC enviada pelo governo.

Ele também reforça a questão do artigo 7º da Constituição, que trata dos direitos do trabalhador, e não poderia ser alterado por emenda.

Reforma da Previdência pode ser aprovada em junho, diz Onyx

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 27-02-2019)

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que a reforma da Previdência poderá ser aprovada em junho pelo Congresso Nacional. "Se tudo correr bem, e Deus há de

querer, em junho teremos aprovado [o projeto de lei] nas duas Casas", afirmou nesta quarta-feira (27), a uma plateia de investidores, em um evento do banco BTG Pactual. O ministro admitiu a necessidade de negociação com os parlamentares, mas disse que a economia de R\$ 1 trilhão em dez anos é inegociável.

"[Essa é] a cláusula pétrea, isso nos dá condição de equilíbrio fiscal. [Para se chegar a isso], a gente pode compor", disse.

Em seu discurso, Onyx disse que a economia da atual proposta apresentada pelo governo era de quase R\$ 1,4 bilhão em dez anos e que havia condições de se falar em "R\$ 4 trilhões de economia em 20 anos". Na apresentação da reforma, porém, a economia prevista anunciada foi de R\$ 1,072 trilhão.

Em relação à negociação de cargos e emendas com os parlamentares, Onyx diz que "estão conversando" e que o Planalto sabe que "não recebeu uma folha em branco" e que a decisão caberá ao Legislativo. "O diálogo tem sido a marca que o presidente tem nos direcionado", afirmou.

"Ontem houve uma importante reunião de líderes partidários com o presidente da República. Foi muito produtiva, os líderes fizeram uma análise muito objetiva e franca. Não tenho dúvida que depois do Carnaval ele vai botar o peito na água, porque é muito importante a presença dele nesse debate."

Para ele, a eleição de Davi Alcolumbre (DEM-AP) à presidência do Senado Federal e a derrota de Renan Calheiros (MDB-AL) são uma demonstração de força do governo do Legislativo.

Onyx reafirmou que o envio da proposta para os militares ocorrerá "dentro de 30 dias".

"Os militares assumiram um compromisso conosco. Eles deram a palavra que dentro de 30 dias apresentariam um projeto, nós vamos apresentar. Eles estarão 100% na nova Previdência, vão ampliar o tempo de contribuição, as pensionistas vão dar sua contribuição, que até hoje não dão. Vai haver um esforço significativo. Até junho, teremos todo mundo em um novo patamar."

'Tudo é negociável' na reforma previdenciária dos militares, afirma Mourão

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que "tudo é negociável" nas discussões sobre o novo regime previdenciário das Forças Armadas. Ele, destacou, porém, a importância da integralidade e da paridade, afirmando que a categoria, além de ser mal remunerada se comparada a outras carreiras de Estado, também sofre com o "trauma" de uma medida provisória de 2001 (MP 2215/2001) que eliminou benefícios sem uma regra de transição.

"O pessoal mais novo, que está ativa hoje, olha (e pensa) 'será que vamos perder tudo de novo'?", disse o vice-presidente em entrevista à *GloboNews* na noite desta quarta-feira, 27.

Ainda de acordo com Mourão, o projeto dos militares vai mexer em cinco leis, como as que estabelecem as promoções de oficiais e praças.

"Os militares vão aumentar o tempo de serviço na ativa, haverá um pagamento das pensionistas, dos cadetes, dos soldados que são engajados e não pagam, e vai haver aumento progressivo da alíquota que é descontada hoje para pensão dos militares", acrescentou.

Sobre a reforma geral da Previdência, Mourão afirmou que o governo federal precisa realizar esforços de comunicação para convencer tanto o Legislativo quanto a sociedade da necessidade do projeto. Perguntado se, em prol da reforma da Previdência, o presidente Jair Bolsonaro deveria fazer nova declaração pública de que não pretende disputar uma reeleição, Mourão respondeu: "Vamos ver como ele vai reagir".

Secretário defende tirar da Constituição regras de benefícios

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O secretário de Previdência Social do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, defendeu a retirada da Constituição de todas as regras de acesso, de cálculo e de reajuste das aposentadorias no País. Em entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o secretário informou que a ideia é que uma lei complementar trate de todas essas exigências para "desinchar" a Constituição.

Segundo Rolim, o Brasil é único País do mundo que tem na Constituição os parâmetros para a Previdência. "A Constituição tem de ser uma coisa estável, não pode ficar alterando toda hora", disse.

Para mexer na Constituição são necessários 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em duas votações. Já para se aprovar um projeto de lei complementar, é preciso, no mínimo, 257 votos dos deputados e 41 dos senadores em um turno em cada Casa.

Na reforma da Previdência proposta pelo governo Jair Bolsonaro, a regra de acesso à aposentadoria vai passar a ser 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) até que um projeto de lei complementar defina outros parâmetros. O cálculo do valor do benefício proposto levará em conta apenas o tempo de contribuição e também deixará a Constituição.

Pela regra que foi proposta, até que seja mudada por uma proposta de lei o trabalhador terá direito a 100% do benefício somente se atingir 40 anos de contribuição. A forma de correção, garantindo aumento atrelado à inflação, também não estará mais na Constituição, caso a reforma seja aprovada.

"Está mantida a regra atual pelo reajuste do INPC (índice de inflação). Não significa que o governo quer alterar, significa que quer deixar na forma correta", afirmou Rolim. Segundo ele, a lei ordinária que trata da correção, que está em vigor, será elevada de "status" se a reforma for aprovada para lei complementar (ou seja, que trata de temas definidos na Constituição).

Orçamento

Para Rolim, as contas da Seguridade Social vão passar por um "teste" de realidade com o fim previsto na reforma da incidência de Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos da área.

O sistema de Seguridade Social brasileiro engloba as áreas de saúde, Previdência e assistência social. Em 2017, o déficit chegou a R\$ 292,4 bilhões em 2017, o equivalente a 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo Rolim, a receita da Seguridade Social deve subir cerca de R\$ 100 bilhões com o fim da DRU.

O valor do déficit da Seguridade vai diminuir, mas do ponto de vista fiscal, do resultado primário das contas do governo, nada muda porque o Tesouro Nacional é obrigado a compensar qualquer que seja o rombo. "O déficit que vai aparecer da Seguridade será menor do que aparece hoje, mas vai mostrar que tem déficit", afirmou Rolim.

PIB cresce 1,1% em 2018 e fecha ano em R\$ 6,8 trilhões

28/02/2019 – Fonte: Agência IBGE

Em 2018, o PIB (produto Interno Bruto) cresceu 1,1% frente a 2017, após alta de 1,1% em 2017, e retrações de 3,5% em 2015, e 3,3% em 2016. Houve altas na Agropecuária (0,1%), na Indústria (0,6%) e Serviços (1,3%). O PIB totalizou R\$ 6,8 trilhões em 2018.

PERÍODO DE COMPARAÇÃO	INDICADORES						
	PIB	AGROPEC	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (c/ ajuste sazonal)	0,1	0,2	-0,3	0,2	-2,5	3,6	-6,6
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (s/ ajuste sazonal)	1,1	2,4	-0,5	1,1	3,0	1,5	-0,7
Acumulado em 4trimestres / mesmo período do ano anterior (s/ ajuste sazonal)	1,1	0,1	0,6	1,3	4,1	1,9	0,0
Valores correntes no trimestre (R\$)	R\$ 1,8 trilhão	R\$ 48,9 bilhões	R\$ 337,3 bilhões	R\$ 1,1 trilhão	R\$ 283,4 bilhões	R\$ 1,2 trilhão	R\$ 382,0 bilhões
Valores correntes no ano (R\$)	R\$ 6,8 trilhões	R\$ 297,8 bilhões	R\$ 1,3 trilhão	R\$ 4,3 trilhões	R\$ 1,1 trilhões	R\$ 4,4 trilhões	R\$ 1,3 trilhões

TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF/PIB) no ano 2018 = 15,8%
TAXA DE POUPANÇA (POUP/PIB) no ano 2018 = 14,5%

O PIB per capita variou 0,3% em termos reais, alcançando R\$ 32.747 em 2018.

A taxa de investimento em 2018 foi de 15,8% do PIB, abaixo do observado em 2017 (15,0%). Já a taxa de poupança foi de 14,5% (ante 14,3% em 2017).

Frente ao 3º trimestre, na série com ajuste sazonal, o PIB teve alta de 0,1% no 4º trimestre de 2018. Foi o oitavo resultado positivo consecutivo nesta comparação. A Agropecuária e os Serviços apresentaram variação positiva de 0,2%, enquanto a Indústria recuou (-0,3%).

Em relação ao 4º trimestre de 2017, o PIB cresceu 1,1% no último trimestre de 2018, o oitavo resultado positivo consecutivo, após onze trimestres de queda. Agropecuária (2,4%) e Serviços (1,1%) cresceram, enquanto a Indústria caiu (-0,5%).

PIB tem alta de 1,1% em 2018

Em 2018, o PIB em 2018 teve crescimento de 1,1% em relação ao ano anterior. O crescimento do PIB resultou da expansão de 1,1% do Valor Adicionado a preços básicos e da alta de 1,4% no volume dos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios.

O resultado do Valor Adicionado neste tipo de comparação refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (0,1%), Indústria (0,6%) e Serviços (1,3%).

Em decorrência deste crescimento, o PIB *per capita* alcançou R\$ 32.747, (em valores correntes) em 2018, um ligeiro avanço (em termos reais) de 0,3% em relação a 2017.

Após o crescimento recorde de 2017, a Agropecuária teve variação positiva de 0,1% em 2018, decorrente, principalmente, do desempenho da agricultura, com destaque para o café (29,4%), algodão (28,4%), trigo (25,1%) e soja (2,5%). Por outro lado, houve quedas em lavouras como a do milho (-18,3%), laranja (-10,7%), arroz (-5,8%) e cana (-2,0%).

Na Indústria, o destaque positivo foi o desempenho da atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, que cresceu 2,3% em relação a 2017. Já o destaque negativo foi a Construção, que sofreu contração de -2,5%.

As Indústrias de Transformação, por sua vez, avançaram 1,3% no ano. O resultado foi influenciado, principalmente, pelas altas em: veículos automotores, papel e celulose, farmacêutica, metalurgia e máquinas e equipamentos.

As Indústrias Extrativas tiveram expansão de 1,0% em relação a 2017, devido à alta da extração de minérios ferrosos.

Todas as atividades que compõem os Serviços apresentaram variação positiva. Atividades imobiliárias avançou 3,1%, seguida por Comércio (2,3%), Transporte, armazenagem e correio (2,2%). Outras atividades de serviços (1,0%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,4%), Informação e comunicação (0,3%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,2%).

Entre os componentes da demanda interna, houve avanço do Consumo das Famílias (1,9%) e da FBCF (4,1%), resultado positivo após uma sequência de 4 anos negativos. O Consumo do Governo se manteve estável (0,0%).

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 4,1%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram 8,5%.

TABELA I.1 - Principais resultados do PIB a preços de mercado do 4º Trimestre de 2017 ao 4º Trimestre de 2018					
Taxas (%)	2017.IV	2018.I	2018.II	2018.III	2018.IV
Acumulado ao longo do ano / mesmo período do ano anterior < Anexo: Tabela 3 >	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores < Anexo: Tabela 4 >	1,1	1,3	1,4	1,4	1,1
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior < Anexo: Tabela 2 >	2,2	1,2	0,9	1,3	1,1
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal) < Anexo: Tabela 7 >	0,3	0,4	0,0	0,5	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

PIB atinge R\$ 6,8 trilhões em 2018

No acumulado do ano, o PIB em valores correntes totalizou R\$ 6,8 trilhões, dos quais R\$ 5,8 trilhões se referem ao VA a preços básicos e R\$ 994,5 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

A taxa de investimento no ano de 2018 foi de 15,8% do PIB, acima do observado no ano anterior (15,0%). A taxa de poupança foi de 14,5% em 2018 (ante 14,3% no ano anterior).

PIB cresce 0,1% em relação ao 3º tri de 2018

A alta de 0,1% no 4º trimestre de 2018 na comparação com o trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal). É o oitavo resultado positivo consecutivo nesta base de comparação. A Agropecuária e os Serviços apresentaram variação positiva de 0,2%, enquanto a Indústria recuou 0,3%.

Dentre as atividades industriais, a queda foi puxada pelas Indústrias de Transformação (-1,0%). Já as atividades de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (3,9%), as Indústrias Extrativas (1,9%) e a Construção (0,1%) apresentaram variações positivas.

Nos Serviços, apenas Informação e comunicação (2,1%), Atividades imobiliárias (0,7%). Outras atividades de serviços (0,4%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,1%) tiveram variações positivas, enquanto as negativas vieram de Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,5%) Transporte, armazenagem e correio (-0,3%) e Comércio (-0,1%).

Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo caiu 2,5%. A Despesa de Consumo do Governo recuou 0,3%. Já a Despesa de Consumo das Famílias cresceu 0,4%.

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços cresceram 3,6%, enquanto as Importações de Bens e Serviços caíram 6,6% em relação ao terceiro trimestre de 2018.

Em relação ao 4º tri de 2017, PIB avança 1,1%

Com alta de 1,1% frente ao 4º trimestre de 2017, o Valor Adicionado a preços básicos cresceu 1,2% e os Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios subiram 0,5%.

A Agropecuária registrou crescimento de 2,4% em relação a igual período do ano anterior, influenciada pelo desempenho positivo da Pecuária e Produção florestal.

A Indústria caiu 0,5%, puxada pela Construção (-2,2%), que vem recuando por dezenove trimestres consecutivos e, também, pela queda nas Indústrias de Transformação (-1,5%).

A atividade de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (4,6%) apresentou alta junto às Indústrias Extrativas (3,9%), estas últimas foram puxadas, principalmente, pela extração de minério de ferro.

Serviços subiu 1,1%, nessa comparação, com destaque para a expansão de Atividades Imobiliárias (3,4%) e Informação e comunicação (2,5%). Também houve resultado positivo para Transporte, armazenagem e correio (1,7%). Outras atividades de serviços (1,5%), Comércio (atacadista e varejista) (0,9%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,1%). Apenas as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,5%) apresentaram queda.

Entre os componentes da demanda interna, a Despesa de Consumo das Famílias (1,5%) e a Formação Bruta de Capital Fixo (3,0%) subiram, em relação a igual período do ano anterior, enquanto a Despesa de Consumo do Governo apresentou resultado negativo (-0,7%).

No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços subiram 12,0%, enquanto as Importações de Bens e Serviços avançaram em 6,0% no quarto trimestre de 2018.

Indicador de incerteza cai 0,2 ponto em fevereiro ante janeiro, afirma FGV

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 0,2 ponto na passagem de janeiro para fevereiro, alcançando 111,3 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o indicador persiste na região de incerteza elevada (acima de 110 pontos).

“Confirmando a tendência do mês anterior, o indicador segue elevado. O principal fator que contribui para tal patamar é a incerteza quanto às negociações da reforma da Previdência no Congresso. O indicador deve permanecer nesse mesmo nível até que se tenha maior clareza quanto ao alinhamento do Congresso com a agenda econômica do governo”, avaliou a pesquisadora Raíra Marotta, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O IIE-Br é composto por dois componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; e o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA.

Em fevereiro, o componente de Mídia recuou 2,9 pontos ante janeiro, contribuindo com uma redução de 2,5 pontos no resultado agregado. Já o componente Expectativa cresceu 10,7 pontos no período, atenuando a queda do indicador final em 2,3 pontos. A coleta do Indicador de Incerteza da Economia Brasileira é realizada entre o dia 26 do mês anterior o dia 24 do mês de referência.

Após ano fraco, economia começa 2019 sem fôlego

28/02/2019 – Fonte: G1

Indicadores antecedentes indicam crescimento tímido no 1.º trimestre. Atividade só ganha fôlego com Previdência, segundo economistas.

Depois de um ano fraco – o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em 2018, a mesma expansão do ano anterior – os primeiros indicadores de 2019 já mostram que a economia brasileira segue com um ritmo ainda lento neste primeiro trimestre. Na leitura de bancos e consultorias, um desempenho mais robusto do PIB deste ano está condicionado ao andamento do ajuste fiscal, e só deve ocorrer a partir do segundo semestre.

A fraqueza atual da economia fica evidente pelos indicadores antecedentes já disponíveis da indústria e do comércio – aqueles que são utilizados para medir a 'temperatura' da atividade. Por ora, esses números mostram apenas uma recuperação das perdas observadas no fim do ano passado ou um crescimento modesto; o que, na avaliação dos analistas, não indica uma atividade econômica em forte aceleração.



O que revelam alguns indicadores antecedentes dessazonalizados, ou seja, sem os efeitos típicos de cada mês:

- A confiança do consumidor medida pela FGV subiu 3,9% em janeiro, mas caiu 0,5% em fevereiro;

- O fluxo de veículos leves e pesados nas estradas teve um desempenho tímido em janeiro e cresceu 1,2% e 1,8%, respectivamente, após ficar praticamente estável em dezembro;
- A produção de papel ondulado (usado pela indústria em embalagens, e por isso um indicador da atividade econômica) avançou 1,1% em janeiro e não compensou a queda de 1,8% em dezembro;
- A venda de veículos teve alta de 2,9% em janeiro, recuperando pouco a queda de 2,7% de dezembro;
- A produção de veículos cresceu 2,7% em janeiro, depois de recuar 5% em dezembro.
- "Alguns indicadores estão apenas recompondo parte da perda de dezembro", afirma a economista e sócia da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro. "Não é nada que chame muito a atenção, a economia continua andando devagar."

Os últimos números de 2018 já mostraram uma atividade lenta, sobretudo com a piora do setor industrial. Com essa herança modesta, a maioria dos analistas passou a estimar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mais próximo de 2% neste ano, abaixo da estimativa inicial de alta de 3%.

"Houve uma frustração da atividade econômica no fim do ano passado. A indústria de transformação, que já vinha perdendo gás, sofreu com a crise da Argentina", afirma Silvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A Argentina - um dos principais parceiros comerciais do Brasil - enfrenta uma severa crise econômica, o que tem prejudicado a venda de produtos manufaturados brasileiros. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 14,951 bilhões para o país vizinho, abaixo dos US\$ 17,618 bilhões apurados em 2017.

A atividade econômica do primeiro trimestre também deve ser prejudicada por uma menor contribuição do agronegócio. Com um clima ruim, a safra atual deve ser menor do que a de anos anteriores. No último levantamento, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou que a safra 2018/19 de soja vai chegar a 115,34 milhões de toneladas, 3,3% inferior ao produzido no ciclo de 2017/18.

"Neste ano, dada essa redução, não vai haver o forte impulso do agronegócio no PIB do primeiro trimestre", afirma Artur Passos, economista do banco Itaú.

Base Fraca

Numa análise fria, as previsões para o PIB do primeiro trimestre até podem sugerir uma melhora da atividade na comparação com o quarto trimestre, **quando o Brasil cresceu 0,x% na margem**. Para os três primeiros meses de 2019, bancos e consultorias estimam um avanço de até 0,8%, mas esse desempenho pode ser explicado mais pela fraca base de comparação do que por uma aceleração da economia.

"Estamos com uma previsão de 0,8% (de crescimento no primeiro trimestre). Dá impressão de que está tudo bem, mas é que o quarto trimestre foi bem ruim, por isso esse número mais forte", afirma o economista-chefe das consultorias MB Associados, Sergio Vale.

Aceleração só com Previdência

Os analistas avaliam que a economia só deve ganhar tração no segundo semestre se o governo conseguir aprovar a reforma da Previdência, considerada fundamental para o acerto das contas públicas.

Sem ela, as previsões para a atividade econômica devem piorar, caminhando para um número de PIB abaixo de 2% no ano, segundo analistas, diante da falta de confiança dos investidores na solvência da dívida pública brasileira.

Neste mês, o governo Jair Bolsonaro apresentou a proposta para a reforma da Previdência que prevê mudança na idade mínima e abrange setores público e privado.

A estimativa da equipe econômica é que a reforma traga uma economia de R\$ 1,16 trilhão em dez anos, mas os economistas avaliam que esse valor deve recuar para uma faixa de R\$ 600 bilhões a R\$ 800 bilhões na negociação com o Congresso.

"Com a aprovação de uma reforma da Previdência, deve haver uma aceleração dos investimentos, puxando o crescimento do PIB no segundo semestre", afirma Lucas Nobrega, economista do banco Santander.

Preços de bens de capital caem 0,23% no IPP de janeiro, diz IBGE

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

Os bens de capital ficaram 0,23% mais baratos na porta de fábrica em janeiro, segundo os dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui a indústria extrativa e de transformação, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ocorre após os preços terem aumentado 1,28% em dezembro de 2018. Os bens intermediários registraram redução de 1,62% nos preços em janeiro, ante uma queda de 2,81% em dezembro.

Já os preços dos bens de consumo caíram 0,22% em janeiro, depois de uma ligeira alta de 0,01% em dezembro. Dentro dos bens de consumo, os bens duráveis tiveram alta de 0,88% em janeiro, ante aumento de 0,50% no mês anterior. Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis caíram 0,58% em janeiro, após a redução de 0,15% registrada em dezembro.

A queda de 1,05% do IPP em janeiro teve contribuição de -0,02 ponto percentual de bens de capital; -0,95 ponto percentual de bens intermediários; e -0,07 ponto percentual de bens de consumo, sendo -0,14 ponto percentual dos bens de consumo semiduráveis e não duráveis e 0,07 ponto percentual dos bens de consumo duráveis.

Artigo: Economia começa mal o ano

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Emprego, confiança de empresas e receita do governo têm sintomas de resfriado

Mais um ano se passou e o desemprego continua na mesma. A taxa de desemprego é praticamente igual à do início de 2018, quando também o ritmo de criação de empregos passou a cair.

A confiança das empresas de comércio e serviços baixou em fevereiro. Na indústria, cresceu, mas ainda está abaixo do que se via antes do caminhar de meados do ano passado. Não há dados mais precisos ou gerais de produção e vendas neste começo de 2019, mas os indicadores indiretos são fracos.

A discreta melhora no crédito bancário deu um tempo e repousou na discrição. A receita de impostos do governo federal também desacelera desde setembro. A receita total também, prejudicada pela baixa na arrecadação dos recursos obtidos com concessões.



Há sinais de resfriado na atividade econômica, como se observa nestas colunas desde o início de janeiro. As estimativas de crescimento para 2019 vêm sendo reduzidas por economistas de grandes bancos e consultorias. A gente ouve cada vez mais conversas sobre a necessidade de cortar a taxa básica de juros, o que era assunto de uma minoria até a virada do ano.

O ritmo cadente de criação de empregos é bem preocupante. Em janeiro do ano passado, o número de pessoas empregadas crescia ao ritmo anual de 2,1%. Cai desde então. Agora, a população ocupada aumenta a 0,9% ao ano, como se soube nesta quarta-feira pela pesquisa do IBGE, a Pnad Contínua.

Note-se de passagem que há uma discrepância entre os indicadores de emprego formal do Ministério da Economia (Caged, algo melhores) e os do IBGE. São dados de natureza totalmente diferente: o Caged é um registro administrativo de criação de empregos formais; a Pnad é uma pesquisa por amostragem.

Discrepâncias são normais e as taxas de crescimento acabam se aproximando, mesmo com alguma defasagem. A defasagem de agora está difícil de entender.

Isto posto, é mesmo de fraca a ruim a situação do mercado de trabalho. Um indicador indireto das precariedades, empregos ainda escassos e ruins, é a arrecadação da Previdência.

Depois de baixar de modo pavoroso entre julho de 2015 e outubro de 2017, a receita previdenciária voltou a crescer até de modo razoável no início de 2018 (perto de 3% ao ano). A arrecadação ficou desde então engasgada. Agora aumenta ao passo de apenas 0,9% ao ano, segundo dados do Tesouro Nacional divulgados nesta quarta-feira.

A subutilização da força de trabalho aumentou um tico em relação a 2018. O crescimento do salário médio perdeu impulso em relação aos progressos de 2017 (avança a 0,8% ao ano).

Assim, o ritmo de crescimento da soma dos rendimentos do trabalho ("massa de rendimentos") embicou para baixo, crescendo em torno de apenas 1,8% ao ano, em média, desde setembro do ano passado.

Como a recuperação econômica por ora depende quase exclusivamente de rendimentos do trabalho e confiança para consumir, estamos com um problema sério.

Nestes tempos de maluquices e ignorâncias ainda mais extremadas é bom deixar claro que o governo de Jair Bolsonaro nada tem a ver com esses resultados ruins. No entanto, o tempo passa, é ainda mais escasso nesta crise secular e tem sido desperdiçado com irrelevâncias, atitudes disparatadas e promoção de conflitos tolos, odiosos e divisivos.

Degradar o ambiente social e político vai prejudicar ainda mais as expectativas de que se possa chegar a um acordo para que se possa reformar este país arruinado.

Vinicius Torres Freire - Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

1,07 milhão de clientes migraram de cheque especial para parcelado em janeiro

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

Em janeiro, 1,07 milhão de clientes migrou do cheque especial rotativo para o empréstimo parcelado, a juros mais baixos, informou a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O volume de clientes que migrou para essa linha de crédito equivale a um aumento de 32% na comparação com o mês anterior, segundo levantamento feito com 12 bancos, que representam cerca de 90% do mercado brasileiro deste produto.

Segundo a entidade, desde julho, quando entraram em vigor as novas regras de autorregulação da Federação para o assunto, 6,2 milhões de pessoas já optaram pela mudança de linha de crédito, reduzindo o custo do crédito obtido nos bancos.

Conforme a Febraban, a taxa de juros média dos empréstimos parcelados fechou janeiro no patamar de 3,4% ao mês, queda de 0,1 ponto porcentual (p.p.) em relação a dezembro de 2018, e muito mais baixa do que as taxas cobradas no cheque especial no mesmo período. Em janeiro, a taxa média de juros do cheque especial foi de 12,62% ao mês, 0,2 p.p. menor do que a registrada em janeiro do ano passado, mês com a mesma sazonalidade.

As taxas de juros médias cobradas em empréstimos para pessoas físicas com recursos livres (em que os bancos não são obrigados a dar destinação específica para os recursos captados nem tem limitação de spread) caíram, em média, 23 p.p. no período de outubro de 2016 (quando começou o recente ciclo de queda da taxa Selic) a janeiro de 2019. Nesse mesmo período, a Selic recuou 7,75 p.p.

Nos empréstimos a pessoas jurídicas, o corte ficou em 10,02 p.p. no mesmo período, também nas operações com recursos livres. A taxa de juros média registrada nessas operações era de 30,2%, em outubro/2016, recuando para 20,2%, em janeiro/2019.

Após quatro anos de prejuízos, Petrobras lucra R\$ 25,8 bilhões em 2018

28/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 27-02-2019)

Foi o primeiro lucro anual da companhia desde 2013, antes da Lava Jato

Com a escalada dos preços do petróleo e menores provisões para perdas do que em anos anteriores, a Petrobras fechou 2018 com lucro de R\$ 25,8 bilhões, o primeiro resultado positivo desde 2013, antes da descoberta de esquema de esquema de corrupção investigado pela Operação Lava Jato.

“A performance da Petrobras no ano que passou foi indiscutivelmente a melhor em muitos anos”, escreveu o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em mensagem que acompanha o balanço divulgado nesta quarta (27). Com o resultado, a empresa distribuirá R\$ 7,1 bilhões em dividendos.

O desempenho da foi impulsionado pelo aumento de 50% no preço médio do petróleo, em reais, em comparação com o ano anterior. Mesmo com queda de 5% na produção de petróleo e gás em 2018, o lucro da área de Exploração e Produção cresceu 97% no ano, para R\$ 44,2 bilhões.

Por outro lado, resultado sofreu impacto negativo de provisões no valor de R\$ 7,4 bilhões, principalmente para litígios com a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) e com a americana Vantage Drilling, além R\$ 7,6 bilhões em baixa no valor de ativos, como campos de petróleo e navios.

Segundo a empresa, sem considerar o impacto de itens especiais, como as provisões e as baixas contábeis, o lucro anual seria de R\$ 35,9 bilhões.



Fachada da sede da Petrobras no Rio de Janeiro - Marcelo Fonseca/Folhapress

No quarto trimestre, quando a maior parte das provisões foi feita, o lucro da Petrobras foi de R\$ 2,1 bilhões, contra prejuízo de R\$ 5,4 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Com preços dos combustíveis 32% acima da média do ano anterior, a receita da companhia cresceu 23% em 2018, para R\$ 349,8 bilhões. O resultado da área de Refino e Gás, porém, caiu 38%, para R\$ 8,4 bilhões, refletindo menores margens na venda dos produtos.

O Ebitda (indicador que mede a geração de caixa) foi de R\$ 114,9 bilhões em 2018, alta de 50% com relação ao ano anterior. Pelo quarto ano consecutivo, a companhia teve um fluxo de caixa positivo – isto é arrecadou mais do que gastou – atingindo o valor recorde de R\$ 54,6 bilhões.

Durante as gestões petistas, a empresa passou anos gastando mais do que arrecadava, o que contribuiu para a elevação de sua dívida.

Principal foco de atenção do comando da empresa nos últimos anos, o endividamento líquido caiu 4% no ano, para R\$ 268,8 bilhões. A relação entre dívida e Ebitda, que indica a capacidade que uma companhia tem de honrar seus compromissos, foi de 2,34 vezes, contra 3,67 vezes em 2017.

Em 2018, a empresa arrecadou R\$ 20,2 bilhões com venda de ativos, recursos que foram utilizados para pagar dívidas. O valor refere-se, principalmente, a venda de fatias de projetos de produção de petróleo à norueguesa Equinor, à francesa Total e à americana Murphy Oil.

“Celebramos os bons resultados de 2018, mas não podemos nos limitar à visão interna, à comparação conosco mesmo em anos anteriores. Ampliando nosso horizonte para a indústria de petróleo global, reconhecemos humildemente que estamos muito aquém do desejável”, afirmou Castello Branco.

Ele vem defendendo ampliar a venda de ativos da companhia, com a saída de segmentos de negócios, para reduzir o endividamento e concentrar recursos na exploração do pré-sal. Além disso, a gestão trabalha para enxugar a estrutura.

Na terça (26), a companhia confirmou que estuda novos planos de demissão voluntária e que vai fechar sua sede administrativa em São Paulo. Há estudos também para a redução da estrutura em outras cidades, como Nova York.

Para 2019, a Petrobras diz esperar grande aumento na produção de petróleo, com a instalação de duas novas plataformas e a evolução das operações em unidades instaladas em 2017. “Seguiremos com os desinvestimentos e a redução da alavancagem financeira, mantendo a disciplina de capital e otimizando a gestão de portfólio, da dívida e do caixa”, diz o texto do balanço.

Governador do RS não pretende dar novos incentivos fiscais para a GM de Gravataí

28/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 27-02-2019)

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, afirmou nesta quarta-feira, 27, que não pretende dar novos incentivos fiscais para a General Motors (GM) de Gravataí (RS). Segundo ele, o governo articula uma solução de logística para ajudar a empresa, viabilizando o uso do Porto de Rio Grande.

A GM negocia tanto com o governo de São Paulo quanto com o do Rio Grande do Sul uma saída para viabilizar a volta dos lucros da empresa. Há algumas semanas, a empresa enviou uma carta aos funcionários das fábricas informando que sairia do País caso não revertisse os prejuízos.

Leite ressaltou que a maior parte das negociações ocorre com São Paulo, que é quem será determinante para a permanência da GM no Brasil. Mas destacou que tenta identificar, com a empresa, os motivos pelos quais a utilização do Porto de Rio Grande foi descartada.

“Estamos articulando a questão do Porto de Rio Grande, que eles deixaram de usar, passaram a usar um porto em Santa Catarina. Estamos identificando, do ponto de vista logístico, o que o porto ofereceu de dificuldades para eles desistirem do uso, para que a gente possa corrigir. Estamos discutindo esses pontos logísticos, mais do que questões de benefícios fiscais”, disse o governador.

Volvo Cars terá novos motores híbridos em toda a linha

28/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 27-02-2019)



Fabricante sueca também atualizou os propulsores híbridos plug-in, T6 e T8

A **Volvo Cars** terá novos **motores híbridos** em todos os seus modelos e atualizou os dois propulsores híbridos plug-in, T6 e T8. Nos próximos meses a fabricante sueca vai apresentar uma série de híbridos leves, começando com versões a diesel e a gasolina nos utilitários esportivos XC90 e XC60.

Esses modelos vão oferecer pela primeira vez o sistema de recuperação de energia durante a frenagem. Ele será utilizado com os atuais motores de combustão interna em um novo trem de força eletrificado, identificado pela sigla "B".

O novo powertrain interage com o sistema híbrido do carro e gera até 15% de economia no consumo de combustível e na redução de emissões. Seguindo sua estratégia e para atender a forte demanda por modelos eletrificados, a Volvo ajustou sua manufatura para que até 25% da produção total seja de carros híbridos plug-in.

Além disso, a empresa espera que seu novo powertrain "B" se torne gradualmente o novo padrão, avançando no objetivo de produzir somente carros eletrificados nos meados da próxima década. Os novos trens de força serão usados e atualizados nos carros produzidos sobre a plataforma modular SPA.

O híbrido plug-in atualizado do T8, que gera até 420 cavalos, recebe uma nova bateria

para acompanhar o sistema de recarga brake-by-wire. Com essa atualização a autonomia dos motores T8 (disponíveis nas linhas 60 e 90), aumentou cerca 15%.

A versão atualizada do híbrido plug-in T6, de menor potência e não disponível no Brasil, também oferece aumento de cerca de 15% na autonomia e está disponível na station wagon V60 e no sedã S60.

O utilitário esportivo de entrada XC40, que é construído na plataforma modular CMA (Compact Modular Architecture), também receberá novas opções eletrificadas, com o híbrido plug-in a gasolina T5 e, posteriormente, uma segunda opção híbrida plug-in, a T4.